

HISTÓRIA ATLÂNTICA E DIÁSPORA AFRICANA

Marina de Mello e Souza*

SWEET, James H. *Recreating Africa. Culture, kinship and religion in the African-Portuguese World, 1441-1770*. Chapel Hill and London, The University of North Carolina Press, 2003.

Esse é um livro que merece ser rapidamente traduzido para o português, pois traz uma perspectiva inédita, e polêmica, sobre o estudo das religiões afro-brasileiras até o século XVIII.

O autor se filia a uma linha de estudos voltada para a diáspora africana, considerando o mundo atlântico como uma totalidade. No seu caso, o Atlântico Sul e mais especificamente as relações entre a África centro-ocidental e o Brasil, tomados como partes do império português. Invocando identidades com autores que fazem da África o ponto de partida para qualquer estudo da diáspora (como Paul Lovejoy, John Thornton e Joseph Miller) e colocam os africanos e seus descendentes no centro de sua própria história, afasta-se das perspectivas que privilegiam a “crioulização”, o sincretismo, as sobrevivências ou as mestiçagens. O que vai perseguir são os determinantes africanos na construção das novas instituições em continente americano.

O livro está organizado em três partes. Uma primeira, de caráter mais demográfico, mostra quem eram os africanos escravizados, como construíram relações de parentesco e organizaram núcleos de moradia, além de discorrer sobre os infortúnios que acometiam esses grupos, como doenças e práticas violentas de opressão. As uniões matrimoniais e a constituição de famílias teriam sido um importante meio de socialização no novo ambiente, mas os dados são escassos, sendo certa apenas a existência de uma variedade de arranjos familiares, nos quais era fator importante a maior quantidade de homens. A instabilidade da vida dos escravos afetava os laços de parentesco e alterava o significado da procriação num ambiente submetido a sofrimentos constantes e a abusos sexuais. Nessa parte, suas fontes principais são os registros feitos por jesuítas e beneditinos, que relatavam com detalhes as atividades cotidianas das propriedades que dirigiam. Aqui, fica destacada a

total predominância, no Brasil, de centro-africanos (bantos), até o final do século XVII, quando começou a chegar maior quantidade de escravos da costa da Mina, comercializados principalmente pelos reinos do Benin e do Daomé, e conhecidos, *grosso modo*, como iorubás. Mas, por todo o século XVIII, iorubás e bantos conviveram, constituindo entre si a primeira grande mistura cultural que diluiu etnias particulares e produziu uma identidade mais geral de “africanos”. Esta, segundo o autor, seria marcadamente centro-africana, uma vez que estes não deixaram de ser maioria e estiveram na base da formação das comunidades de escravos.

Na segunda e melhor parte do livro, James Sweet trata da religião dos africanos escravizados, que segundo ele foi um instrumento de resistência mais poderoso do que a resistência física. A centralidade da religião para os centro-africanos é atestada pelo constante diálogo entre o mundo temporal e o mundo dos espíritos. Sua cosmologia centra-se na ligação entre esses dois mundos. Os comportamentos e as regras de conduta, assim como as respostas aos infortúnios – entre os quais se destaca a escravidão –, eram explicados e ditados pela relação entre este mundo e o além. As fontes mais importantes para essa parte do livro são documentos inquisitoriais, principalmente os Cadernos do Promotor, ainda muito pouco explorados; neles estão as denúncias feitas à Inquisição, mesmo quando não resultaram em processos. Uma vez que a Inquisição estava mais interessada em casos de judaísmo, os cadernos são fonte fundamental de informações sobre práticas de origem africana, que na maioria das vezes não originaram processos. Comparando as descrições contidas nessas denúncias com os relatos de práticas mágico-religiosas feitas por missionários que atuaram na região de Angola nos séculos XVII e XVIII, o autor demonstra como houve uma transposição dessas práticas e crenças, que, segundo ele, permaneceram impermeáveis à influência do catolicismo até o final do século XVIII.

Para a maioria dos africanos, diz o autor, a religião é uma forma de explicar, prever e controlar os acontecimentos da esfera temporal, como a doença, a seca, a fome e a esterilidade. Os ritos de adivinhação e de cura, realizados por especialistas, são as formas mais frequentes pelas quais os espíritos e ancestrais intervêm na vida dos homens. Sendo este o cerne das religiões africanas, foram trazidos para o Brasil e acionados pelos africanos e afrodescendentes para lidar com suas novas situações, carregadas de infortúnios, contra os quais as forças do além eram acionadas. Nas acusações contidas nos Cadernos do Promotor, James Sweet encontrou descrições de práticas de adivinhação e cura praticamente iguais às descritas por missionários católicos que atuaram na região de Angola nos séculos XVII e XVIII. Com isso, mostra que valores religiosos e culturais de povos específicos foram transferidos para o Brasil, acreditando que grupos étnicos africanos muitas vezes se mantiveram unidos nas Américas, reproduzindo suas culturas de origem. Nesse ponto,

discorda de estudiosos, como Sidney Mintz e Richard Price (principalmente no livro *O nascimento da cultura afro-americana. Uma perspectiva antropológica*), que frisam a originalidade das culturas afro-americanas resultantes de misturas entre africanos de diferentes origens e das influências dos colonizadores europeus.

Destacando a importância que as crenças centro-africanas tiveram para as comunidades negras lidarem com as adversidades da sociedade colonial escravista, James Sweet localiza aí a principal forma de resistência contra o mundo senhorial que, muitas vezes, recorreu a essas práticas, aceitando as capacidades que curandeiros e adivinhos africanos teriam para resolver questões ligadas a curas, fugas de escravos e à identificação de culpados de delitos diversos. Dessa forma, além de dizer que os africanos não incorporaram elementos do catolicismo, afirma que foram os senhores que recorreram às práticas religiosas africanas. Sem dúvida, sua perspectiva é inovadora e a argumentação está fundamentada nas fontes utilizadas, mas parece que, ao revelar aspectos ainda não explorados das práticas religiosas de africanos e afrodescendentes no Brasil, isolou os casos estudados dos contextos em que ocorreram e perdeu a visão do conjunto mais amplo. Neste, ocorriam muitas outras relações e iam sendo construídas muitas outras práticas a partir dos intercâmbios culturais entre senhores e escravos, que o autor tende a negar. Apesar de dialogar com a historiografia brasileira, parece não ter aprendido com esta que o catolicismo colonial brasileiro comportava uma variedade de práticas mágicas, também era em grande parte voltado para resolver problemas do cotidiano, e por isso não só pôde ser incorporado em algumas manifestações religiosas de origem africana, como adotou alguns de seus elementos.

Na terceira parte, trata da relação dos africanos com a Igreja católica e chega à conclusão mais problemática do livro. Aqui, radicaliza sua posição, acreditando que as religiões africanas influenciaram a Igreja católica no Brasil, tomando as ações de alguns padres como representativas da instituição como um todo. Nessa altura, fica patente a falta que faz a utilização da noção de processos, de transformações decorrentes das relações existentes no interior da sociedade colonial. Esta, por sua vez, não está bem clara para o autor, que acredita na fraqueza do poder da Igreja e na força do poder das religiões africanas para o conjunto da sociedade. Mas é interessante a sua análise de como a adoção que as religiões fizeram de elementos umas das outras não afetou o sistema de crenças de cada uma. Percebemos então que o autor não é insensível aos processos de mudança, mas ao marcar posição contra a idéia de “crioulização”, chamando a atenção para a transposição de crenças e práticas religiosas centro-africanas, tende a desconsiderar as trocas culturais em curso. Estas são projetadas para um tempo posterior àquele de que trata, pois ele diz que com o crescimento de uma população nascida no Brasil, o passado africano étnico e regional

ficou menos presente, emergindo uma religião mais sincrética, na qual a “crioulização” entre diferentes religiões africanas foi anterior à incorporação de aspectos do catolicismo. Para ele, a formação de uma religiosidade afro-brasileira foi um processo lento e dificultado pela grande importação de africanos, o que revigorava as suas práticas tradicionais. No entanto, aceita a mudança no longo prazo, e afirma que a religião e a cultura do Brasil colônia não eram nem portuguesas nem africanas, mas também não eram uma mistura, e sim a soma de suas partes separadas e freqüentemente incongruentes.

Mesmo discordando de algumas posições do autor, não há como negar a originalidade da sua pesquisa e o avanço que ele traz para a historiografia brasileira, que apenas começa a abrir os olhos para a importância de se entenderem as contribuições das populações negras à luz das realidades e dos sistemas de pensamento africanos. Mas se, entre nós, ainda é deficiente o conhecimento sobre a África, dificultando as análises que articulem África, Portugal e Brasil, os estudiosos norte-americanos da diáspora africana, interessados na América portuguesa, têm um conhecimento bastante lacunar sobre esta, levando-os a interpretações muitas vezes insatisfatórias. Nisso, James Sweet não está sozinho. Assim, quanto mais aprofundarmos o diálogo com esses estudiosos, e eles conosco, mais complexo será o panorama resultante dos estudos sobre o que vem sendo chamada de História Atlântica.

Nota

* Professora do Departamento de História da USP.